

Bruxelas, XXX
[...] (2022) XXX draft

COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO

Alterações à Comunicação da Comissão — Orientações complementares relativas às restrições verticais nos acordos de venda e reparação de veículos a motor e de distribuição de peças sobresselentes para veículos a motor

COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO

Alterações à Comunicação da Comissão — Orientações complementares relativas às restrições verticais nos acordos de venda e reparação de veículos a motor e de distribuição de peças sobresselentes para veículos a motor

1. A Comunicação da Comissão — Orientações complementares relativas às restrições verticais nos acordos de venda e reparação de veículos a motor e de distribuição de peças sobresselentes para veículos a motor ⁽¹⁾ é alterado do seguinte modo.
2. No ponto 2, a expressão «Regulamento (UE) n.º 330/2010 da Comissão, de 20 de abril de 2010, relativo à aplicação do artigo 101.º, n.º 3, do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia a certas categorias de acordos verticais e práticas concertadas» é substituída por «Regulamento (UE) 2022/720 da Comissão de 10 de maio de 2022 relativo à aplicação do artigo 101.º, n.º 3, do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia a determinadas categorias de acordos verticais e práticas concertadas». O conteúdo das notas de rodapé 3 e 4 é substituído por «JO L 134 de 11.5.2022, p. 4 e [XXX]», respetivamente.
3. O ponto 17 passa a ter a seguinte redação:

«(17) Os acordos não beneficiarão do Regulamento de isenção por categoria dos veículos a motor, caso contenham restrições graves à concorrência. Estas restrições são enumeradas no artigo 4.º do Regulamento geral de isenção por categoria aplicável aos acordos verticais e no artigo 5.º do Regulamento de isenção por categoria dos veículos a motor. Uma vez que as restrições graves são restrições rigorosas da concorrência em relação às quais se presume que, de um modo geral, resultam num prejuízo líquido para a concorrência, a Comissão aplicará os seguintes princípios ao apreciar os acordos ao abrigo do Regulamento de isenção por categoria dos veículos a motor: a) se uma restrição grave estiver incluída num acordo, é provável que esse acordo seja abrangido pelo âmbito de aplicação do artigo 101.º, n.º 1, do Tratado; e b) é pouco provável que um acordo que inclua uma restrição grave satisfaça as condições do artigo 101.º, n.º 3, do Tratado. No entanto, uma empresa pode demonstrar que, no caso concreto, tal acordo excecionalmente não é abrangido pelo âmbito de aplicação do artigo 101.º, n.º 1, do Tratado, ou demonstrar efeitos pró-concorrenciais nos termos do artigo 101.º, n.º 3, do Tratado.».
4. O ponto 19 passa a ter a seguinte redação:

«(19) As «peças ou equipamentos de origem» correspondem às peças ou equipamentos fabricados segundo as especificações e normas de produção do fabricante do veículo relativas ao fabrico de peças ou equipamentos destinados à montagem do veículo a motor em causa (ver artigo 55.º, n.º 5, segundo parágrafo, do Regulamento (UE) 2018/858 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 30 de maio de 2018, relativo à homologação e à fiscalização do mercado dos veículos a motor e seus reboques, e dos sistemas, componentes e unidades técnicas destinados a esses veículos, que altera os Regulamentos (CE) n.º 715/2007 e (CE) n.º 595/2009 e revoga a Diretiva 2007/46/CE ⁽¹³⁾).».

(¹³) JO L 151 de 14.6.2018, p. 1.

5. No ponto 21, a primeira frase passa a ter a seguinte redação:

«O artigo 4.º, alínea f), do Regulamento geral de isenção por categoria aplicável aos acordos verticais descreve como restrição grave o facto de um acordo celebrado entre um fornecedor de componentes e um comprador que incorpore esses componentes impedir ou restringir a capacidade do fornecedor de vender os componentes a utilizadores finais, oficinas de reparação independentes, grossistas ou a outros prestadores de serviços não encarregados pelo comprador da reparação ou da manutenção dos próprios produtos.

6. No ponto 26, as duas últimas frases passam a ter a seguinte redação:

«As obrigações de não concorrência tacitamente renováveis que ultrapassam o período de cinco anos são abrangidas pelos regulamentos de isenção por categoria, contanto que o comprador possa efetivamente renegociar ou fazer cessar o acordo vertical que contém a obrigação com um prazo de pré-aviso e um custo razoável, permitindo, assim, que o comprador mude de fornecedor decorrido o prazo de cinco anos.

7. No ponto 31, os termos «artigo 1.º, alínea d)» são substituídos por «artigo 1.º, alínea f)».

8. No ponto 34, o conteúdo da nota de rodapé 19 é substituído por «Ver Orientações gerais relativas às restrições verticais no ponto 310».

9. No ponto 38, a expressão «Secção VI.2.1 das Orientações gerais relativas às restrições verticais» é substituída por «Secção 8.2.1 das Orientações gerais relativas às restrições verticais».

10. No ponto 40, a expressão «Secção VI.2.1 das Orientações gerais relativas às restrições verticais» é substituída por «Secção 8.2.1 das Orientações gerais relativas às restrições verticais».

11. O ponto 44 passa a ter a seguinte redação:

«(44) Enquanto os critérios qualitativos limitam indiretamente o número de distribuidores ou de oficinas de reparação, impondo condições que não podem ser satisfeitas por todos, os critérios quantitativos limitam diretamente o número de distribuidores ou de oficinas de reparação através, por exemplo, da fixação do seu número. Em geral, considera-se que as redes baseadas em critérios quantitativos são mais restritivas do que as redes baseadas apenas na seleção qualitativa e, por conseguinte, é mais provável que sejam abrangidas pelo artigo 101.º, n.º 1, do Tratado.»

12. O ponto 46 passa a ter a seguinte redação:

«(46) Os acordos de distribuição seletiva serão apreciados em conformidade com os princípios gerais estabelecidos na secção 4.6.2 das Orientações gerais relativas às restrições verticais. Os regulamentos de isenção por categoria isentam os acordos de distribuição seletiva, independentemente da natureza do produto ou da natureza dos critérios seletivos aplicados, quer quantitativos quer qualitativos, desde que as quotas de mercado das partes não ultrapassem 30 %. Todavia, essa isenção está condicionada à inexistência de restrições graves nos acordos, definidas no artigo 4.º do Regulamento geral de isenção por categoria aplicável aos acordos verticais e no artigo 5.º do Regulamento de isenção por categoria dos veículos a motor, e à inexistência de restrições excluídas, descritas no artigo 5.º do Regulamento geral de isenção por categoria aplicável aos acordos verticais, que não se possa dissociar do resto do acordo.»

13. O ponto 47 passa a ter a seguinte redação:

«(47) Há três restrições graves no Regulamento geral de isenção por categoria aplicável aos acordos verticais que dizem especificamente respeito à distribuição seletiva. O artigo 4.º, alínea c), subalínea i) do mesmo regulamento descreve como grave a restrição do território ou dos clientes aos quais os membros de um sistema de distribuição seletiva podem vender ativa ou passivamente os bens ou serviços contratuais. Há exceções a esta restrição grave, como a restrição de vendas ativas por membros de um sistema de distribuição seletiva e os seus clientes noutra território ou a um grupo de clientes exclusivamente atribuído ao fornecedor ou a um máximo de cinco distribuidores exclusivos [artigo 4.º, alínea c), subalínea i), ponto (1), do Regulamento geral de isenção por categoria aplicável aos acordos verticais]; a restrição de vendas ativas e passivas pelos membros de um sistema de distribuição seletiva a distribuidores não autorizados localizados no território em que esse sistema se aplica [artigo 4.º, alínea c), subalínea i), ponto (2), do Regulamento geral de isenção por categoria aplicável aos acordos verticais]; a restrição de proibir um membro do sistema de exercer atividade a partir de um local de estabelecimento não autorizado [artigo 4.º, alínea c), subalínea i), ponto (3), do Regulamento geral de isenção por categoria aplicável aos acordos verticais]; a restrição de vendas ativas ou passivas a utilizadores finais por membros do sistema de distribuição seletiva que exerçam atividades ao nível do comércio grossista [artigo 4.º, alínea c), subalínea i), ponto (4), do Regulamento geral de isenção por categoria aplicável aos acordos verticais]; e a restrição da capacidade de vender, ativa ou passivamente, componentes fornecidos para efeitos

de incorporação a clientes que os utilizariam para fabricar bens do mesmo tipo que os produzidos pelo fornecedor [artigo 4.º, alínea c), subalínea i), ponto (5), do Regulamento geral de isenção por categoria aplicável aos acordos verticais]. O artigo 4.º, alínea c), subalínea ii) do Regulamento geral de isenção por categoria aplicável aos acordos verticais descreve como grave a restrição dos fornecimentos cruzados entre distribuidores num sistema de distribuição seletiva, incluindo entre distribuidores que exerçam atividades em diferentes níveis do comércio. O artigo 4.º, alínea c), subalínea iii) descreve como grave os acordos que restringem as vendas ativas ou passivas a utilizadores finais por membros de um sistema de distribuição seletiva que exercem atividades ao nível do comércio retalhista, sem prejuízo do disposto no artigo 4.º, alínea c), subalínea i), ponto (1) e ponto (3), do Regulamento geral de isenção por categoria aplicável aos acordos verticais. Estas três restrições graves assumem especial relevância para a distribuição de veículos a motor.».

14. No ponto 51, a expressão «artigo 4.º, alínea c)» é substituída pela expressão «artigo 4.º, alínea c), subalínea iii)».

15. O ponto 53 passa a ter a seguinte redação:

«(53) Tal como explicado no ponto 146 das Orientações gerais relativas às restrições verticais, os eventuais riscos concorrenciais inerentes à distribuição seletiva consistem numa redução da concorrência intramarcas e, em especial no caso de efeito cumulativo, na exclusão de certo(s) tipo(s) de distribuidores, bem como no abrandamento da concorrência e a facilitação e em maiores probabilidades de colusão entre fornecedores ou compradores, devido à limitação do número de compradores.».

16. No ponto 54, a última frase passa a ter a seguinte redação:

«A distribuição seletiva puramente qualitativa pode não ser abrangida pelo âmbito de aplicação do artigo 101.º, n.º 1, do Tratado, desde que estejam preenchidas as três condições estabelecidas no ponto 43 das presentes orientações.».

17. No ponto 60, a última frase passa a ter a seguinte redação:

«Para o efeito, deve ser prestada especial atenção a três tipos de comportamentos específicos que podem restringir essa concorrência, nomeadamente, impedir o acesso de operadores independentes a elementos essenciais, utilizar abusivamente as garantias legais e/ou alargadas com vista a excluir as oficinas de reparação independentes ou condicionar o acesso às redes de oficinas de reparação autorizadas a critérios não qualitativos.

18. O título que precede o ponto 62 passa a ter a seguinte redação:

«Acesso a elementos essenciais por parte de operadores independentes»

19. O ponto 62 passa a ter a seguinte redação:

«(62) A distribuição seletiva puramente qualitativa pode não ser abrangida pelo âmbito do artigo 101.º, n.º 1, do Tratado, desde que estejam preenchidas as três condições enunciadas no ponto 43 das presentes orientações. Posto isto, os acordos de distribuição seletiva concluídos com oficinas de reparação e/ou distribuidores de peças autorizados podem ser abrangidos pelo artigo 101.º, n.º 1, do Tratado se, no contexto desses acordos, uma das partes exercer a sua atividade de uma forma que exclua do mercado operadores independentes, por exemplo ao recusar-lhes o fornecimento de elementos tais como informações técnicas, ferramentas, formação e dados gerados pelos veículos, que sejam essenciais para a reparação e manutenção. Neste contexto, a noção de operadores independentes inclui as oficinas de reparação independentes, os fabricantes e os distribuidores de peças sobresselentes, os fabricantes de equipamento ou de ferramentas de reparação, os editores de informações técnicas, os clubes automobilísticos, as empresas de assistência rodoviária, os operadores de inspeções técnicas e serviços de ensaio e os operadores que ofereçam formação a oficinas de reparação».

No ponto 62, é suprimida a nota de rodapé 27.

20. A seguir ao ponto 62, é aditado um ponto 62-A, com a seguinte redação:

«(62-A) Ao ponderar se a recusa de fornecimento de um determinado elemento pertencente às categorias enumeradas no ponto 62 das presentes orientações pode levar a que os acordos em causa fiquem abrangidos pelo artigo 101.º, n.º 1, do Tratado, é necessário considerar vários fatores, incluindo os seguintes:

- a) Se a recusa de fornecimento do elemento em causa terá um impacto apreciável na capacidade dos operadores independentes para executarem as suas tarefas e se representará uma restrição concorrencial para o mercado;
- b) Se o elemento em causa é disponibilizado aos membros da rede de oficinas de reparação autorizadas pertinente; se for disponibilizado à rede autorizada, qualquer que seja o formato, deverá também ser colocado à disposição dos operadores independentes numa base não discriminatória;
- c) Se o elemento em causa irá, em última análise ⁽²⁷⁾, ser utilizado para a reparação e manutenção de veículos a motor, ou para outros fins ⁽²⁸⁾, como a produção de peças sobresselentes ou ferramentas.».

⁽²⁷⁾ Como, por exemplo, informação fornecida a editores para ser redistribuída a oficinas de reparação de veículos a motor.

⁽²⁸⁾ As informações empregues na utilização de peças ou na utilização de ferramentas em veículos a motor devem ser consideradas empregues em reparações e manutenção, sendo que as informações relativas a *design*, processo de produção ou materiais utilizados para fabricar peças não podem ser consideradas abrangidas por esta categoria, podendo portanto ser recusadas.

21. Antes do ponto 63, é inserido o seguinte título:

«Informações técnicas»

22. No início do ponto 63, é aditada a seguinte frase:

«(63) A informação técnica é potencialmente um elemento essencial para as atividades de reparação e manutenção. Para determinar se uma determinada informação técnica constitui um elemento essencial para as atividades de reparação e manutenção, devem ser tidos em conta os critérios estabelecidos no ponto 62-A das presentes orientações. A informação técnica deve ser distinguida de informação de outro tipos, como informação comercial, ⁽²⁹⁾, cujo fornecimento pode ser legitimamente recusado.’.

- ⁽²⁹⁾ Para efeito das presentes orientações, a informação comercial é informação que é utilizada para exercer uma atividade de reparação e manutenção, mas que não é necessária para a reparação e a manutenção de veículos a motor. Como exemplos, pode-se incluir *software* para faturação ou informação sobre as tarifas horárias praticadas na rede autorizada.

23. O ponto 65 passa a ter a seguinte redação:

«(65) O Regulamento (UE) 2018/858 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 30 de maio de 2018, relativo à homologação e à fiscalização do mercado dos veículos a motor e seus reboques, e dos sistemas, componentes e unidades técnicas destinados a esses veículos, que altera os Regulamentos (CE) n.º 715/2007 e (CE) n.º 595/2009 e revoga a Diretiva 2007/46/CE, prevê um sistema de divulgação da informação relativa à reparação e manutenção no que respeita aos veículos a motor. Além disso, o Regulamento Delegado (UE) 2021/1244 da Comissão de 20 de maio de 2021 que altera o anexo X do Regulamento (UE) 2018/858 do Parlamento Europeu e do Conselho no que diz respeito ao acesso normalizado às informações do sistema de diagnóstico a bordo e às informações relativas à reparação e manutenção de veículos, bem como aos requisitos e procedimentos para o acesso às informações de segurança dos veículos, ⁽³⁰⁾ estabelece um procedimento específico de aprovação e autorização do acesso dos operadores independentes aos elementos de segurança dos veículos. A Comissão terá esses regulamentos em conta na apreciação de casos de suspeita de recusa de fornecimento de informação técnica relativa à reparação e manutenção.».

⁽³⁰⁾ JO L 272 de 30.7.2021, p. 16.

24. No ponto 66:

- a. A última frase passa a ter a seguinte redação: «Os requisitos pertinentes do Regulamento (UE) 2018/858 também devem ser utilizados como orientação para o que a Comissão considera informação técnica para efeitos de aplicação do artigo 101.º do Tratado.», e;
- b. A nota de rodapé 34 passa a ser a nota de rodapé 31.

25. No ponto 67:

- a. A última frase passa a ter a seguinte redação: «Contudo, o artigo 101.º do Tratado não obriga a fornecer informação técnica num formato normalizado ou através de um sistema técnico definido, como a norma EN ISO 18541 – 2014 e o Regulamento (CE) n.º 295/2009 da Comissão, de 18 de Março de 2009, relativo à classificação de determinadas mercadorias na Nomenclatura Combinada.», e;

b. A nota de rodapé 35 passa a ser a nota de rodapé 32.

26. A seguir ao ponto 67, são inseridos o seguinte título e o ponto 67-A:

«Dados gerados pelos veículos

(67-A) Na medida em que os dados gerados pelos veículos sejam essenciais para a reparação e manutenção, as considerações anteriores aplicam-se igualmente à sua disponibilidade para operadores independentes. Para apurar se um determinado elemento de dados gerados pelos veículos constitui um elemento essencial para as atividades de reparação e manutenção, devem ser tidos em conta os critérios estabelecidos no ponto 62-A das presentes orientações. Neste contexto, as normas em vigor e os requisitos pertinentes do Regulamento (UE) 2018/858 devem ser utilizados como orientação ⁽³³⁾.».

⁽³³⁾ Aqui se inclui a disponibilização a operadores independentes desses dados para a realização de atividades de reparação e manutenção apoiadas por redes de área alargada sem fios. Ver o artigo 61.º, n.º 11, do Regulamento (UE) 2018/858.

27. Antes do ponto 68, é inserido o seguinte título:

«Ferramentas e formação»

28. O ponto 68 passa a ter a seguinte redação:

«(68) Na medida em que os instrumentos e/ou a formação sejam essenciais para a reparação e manutenção, as considerações anteriores são igualmente aplicáveis à sua disponibilidade para operadores independentes. Para determinar se uma determinada ferramenta e/ou elemento de formação constitui um elemento essencial para as atividades de reparação e manutenção, devem ser tidos em conta os critérios estabelecidos no ponto 62-A das presentes orientações. A noção de "ferramentas", neste contexto, compreende as ferramentas de diagnóstico eletrónico e outras ferramentas de reparação, juntamente com o *software* conexo, incluindo as respetivas atualizações periódicas e os serviços pós-venda referentes a essas ferramentas.

⁽¹⁾ JO L 138 de 28.5.2010, p. 16.